

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC.

Pregão Eletrônico n.º 07/2024

**PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME.**, inscrita no CNPJ nº **10.954.970/0001-80**, com sede a Rua Minas Gerais, nº 533, Sala nº 206, Chapecó, endereço de email paulo@precisatecnologia.com.br, por seu representante legal ao final assinado, vem, mui respeitosamente, perante V. Exa., vem, *data maxima venia*, com supedâneo no artigo 163, §4º da Lei nº14.133/21, à presença de Vossa Excelência, apresentar

---

## **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

---

Interposto por **IDS Desenvolvimento de Software e Assessoria Ltda.**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

## DOS FATOS

Vencedora provisória da fase de preços, a recorrida foi declarada habilitada, sendo que, a recorrente por não se conformar com a derrota no certame manifestou seu interesse recursal, sobre o vazio argumento de que a ora peticionante não apresentou sua documentação de forma escoreita.

São esses, em síntese, os fatos.

## DA NECESSÁRIA MANUTENÇÃO DA DECISÃO

Observa-se na decisão emanada pela Pregoeira que a mesma foi acertada, vez que, observou as exigências estabelecidas no Edital.

O artigo 41 da Lei 8.666/93, caput, já preceituava que:

*“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”*

Na mesma esteira, a Lei 14.133/21 trouxe de forma taxativa os princípios norteadores do certame, os quais destacamos:

*“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).”*

Neste sentido, elucida Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª Edição, Ed. Dialética, p. 194):

*“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, **que se vincula a seus termos**. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública.”. (G. nosso)*

É consolidado o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

*“Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deverá ser reprimido. Não pode a Administração ignorar tais regras sob o argumento de que seriam viciadas ou inadequadas. Caso assim entenda, deverá refazer o edital, com o reinício do procedimento licitatório, jamais ignora-las. (MS nº 13.005/DF, 1º D., rel. Min. Denise Arruda, j. em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008)*

Ora, os requisitos estabelecidos no edital não podem ser desvirtuados no decorrer do certame. A própria recorrente ofertou impugnação ao instrumento convocatório, sendo que, em sua peça impugnatória nada o fez quanto ao tema recursal.

Frisa-se que no rol da documentação para habilitação, **não foram exigidas as notas explicativas solicitados posteriormente**, sendo, portanto, as ilações propagadas pela recorrente totalmente vazias.

Objetiva nesta oportunidade, a recorrente alteração forçada, com o exclusivo objetivo de obter vantagem ilegal com a alteração da decisão.

Sem qualquer pré-julgamento quanto a motivação e razões do Recurso apresentado pela recorrente, sob o aspecto de que “objetiva” única e tão somente ver reformada a decisão visando a inabilitação da ora peticionante, não observa a mesma que o procedimento licitatório visa a **CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA PARA ADMINISTRAÇÃO**, dentro, é claro, das normas e preceitos legais que regulam a matéria.

Neste aspecto, de forma acertada a Pregoeira diligenciou afim de verificar a idoneidade financeira da recorrida, afim de não pairar quaisquer dúvidas sobre a sua capacidade para o atendimento contratual.

Neste aspecto, tal ato tem previsão expressa no Edital, vejamos o item 17.2:

**17.2. É facultado ao (a) Pregoeiro, auxiliado (a) pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.**

Traz em sua peça recursal uma fantasiosa (ou em verdade rechaçada de má-fé) tese estapafúrdia, tentando desvirtuar a verdade dos fatos ocorridos bem como a expressa previsão no edital.

Utilizar o recurso administrativo, instrumento o qual visa garantir os princípios basilares do contraditório e ampla defesa, com o objetivo único de **PROCRASTRINAR** o procedimento licitatório, ou ainda que nos faz crer, **TENTAR MACULAR A LISURA DO CERTAME PARA TENTAR OBTER VANTAGENS A FÓRCEPS, DEVE SER VEEMENTEMENTE RECHAÇADO POR ESSA MUNICIPALIDADE!**

Frisa-se, ainda, que tal ato pode ser tipificado no Art. 337-I da Lei 14.133/21, ao **PERTURBAR** o presente certame, com o infundado recurso apresentado:

*“Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.”*

Ora, a **ANÁLISE MÍOPE NA LEITURA DO EDITAL** para apresentação de um recurso **TORPE**, deve ser repudiada!

Por esse motivo, considera-se que as razões de recurso da recorrente são irrelevantes e insuficientes para retirar a segurança jurídica da decisão de declarar vitoriosa no certame a recorrida.

Com efeito, caso seja acatado o recurso apresentado, poderá a Administração incorrer não em ato discricionário, e sim ato arbitrário, à medida que, conforme restou demonstrado, comportou-se fora daquilo que lhe permite a lei, agredindo a ordem jurídica nos princípios apontados.

Vale salientar que, pelo fato da licitação destinar-se à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, respeitados o princípio da isonomia entre os concorrentes, o preestabelecido de regras procedimentais e a vinculação a elas, tanto por parte dos licitantes, observando-as rigorosamente, quanto por parte da Administração, decidindo com base nos critérios nelas estabelecidos, a obediência das disposições legais para a realização do certame permitem sindicar a proteção dos princípios da **LEGALIDADE**, da **IMPESSOALIDADE**, da **MORALIDADE**, da **IGUALDADE** e da **PROBIDADE ADMINISTRATIVA**, sem os quais resta comprometida a validade da própria licitação e a consecução de seus objetivos, como bem definido no legislação pátria.

## CONCLUSÃO E PEDIDO

Por todo o exposto, e considerando a ausência de pressupostos legais que possam ensejar qualquer irregularidade na decisão proferida no bojo do processo licitatório em epígrafe, em especial naquilo que diz respeito à classificação e habilitação desta signatária, **requer** dessa R. Pregoeira, bem como da autoridade superior competente, seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso interposto por **IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA.**, mantendo-se incólume sua decisão e assim, determinando imediato seguimento ao feito, para que os objetivos dessa Administração sejam alcançados e revestidos da necessária legalidade.

Termos em que  
Pede e espera deferimento.

Cordilheira Alta/SC, 12 de Março de 2024.

**PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS ME**

Paulo André Testa  
Sócio Administrador